

COPERSUCAR ARMAZENS GERAIS S.A.

CNPJ nº 02.822.024/0001-51
RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2013. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013		2012		Passivos	Nota	2013		2012	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012		
Ativo circulante						Passivo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.866	2.404			Fornecedores		1.367	325		
Contas a receber de clientes	7	3.758	1.968			Obrigações sociais trabalhistas		213	311		
Estoques		10	10			Impostos e contribuições a recolher		416	96		
Impostos e contribuições a recuperar		65	10			Dividendos a pagar	11		50.259		
Adiantamentos a fornecedores		10	124			Total do passivo circulante		1.996	50.991		
Outras contas a receber		371	47			Passivo não circulante					
Total do ativo circulante		6.070	4.563			Operações de mútuo	11	67	10.378		
Ativo não circulante						Total do passivo não circulante		67	10.378		
Investimentos	8	-	531.002			Patrimônio líquido					
Imobilizado	9	8.944	5.983			Capital social		53.259	50.744		
Total do ativo não circulante		8.944	536.985			Reserva legal		10.149	10.149		
						Reservas de lucros		-	419.286		
						Prejuízo acumulado		(50.457)	-		
						Total do patrimônio líquido	13	12.951	480.179		
						Total dos passivos		2.063	61.369		
						Total dos passivos e patrimônio líquido		15.014	541.548		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

Em 2011	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Dividendos obrigatórios não distribuídos					
Lucro líquido do exercício					
Designação do lucro:					
Transferência para Provisão para contingências					
Constituição de reserva de lucro					
Em 2012	50.744	10.149	201.382	-	262.275
Resultado do exercício					
Prejuízo do exercício					
Em 2013	53.259	10.149	-	(50.457)	12.951

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Companhia tem sede na Capital do Estado de São Paulo, possui como atividade preponderante, através de suas controladas, a comercialização no mercado atacadista de produtos alimentícios e mercadorias em geral, a comercialização e distribuição no mercado atacado e varejo de combustíveis para fins automotivos ou industriais e o aluguel de armazéns. A Companhia efetuou a redução de capital com a entrega das ações da controlada Copersucar Internacional N.V. conforme mencionado na nota explicativa 13 - Patrimônio Líquido.

2. Entidades da Companhia

Entidade	Cidade/Estado - País	Participação Acionária	2013		2012	
			2013	2012	2013	2012
Copersucar Internacional N.V.	Caracas/badilweg - Curaçau	Controlada	-	100%	-	100%
Arangastal S.A.	Arangastal - Aruá	Controlada indireta	-	100%	-	100%
Copersucar Europe B.V.	Roterdã - Holanda	Controlada indireta	-	100%	-	100%

Copersucar Internacional N.V.: A Controlada estabelecida em Curaçau tem como objeto social participar do capital social de outras Companhias. **Copersucar Trading A.V.V.:** A Controlada estabelecida em Aruba tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol adquiridos principalmente da Companhia ligada Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. **Copersucar Europe B.V.:** A Controlada estabelecida na Holanda tem como objeto social a importação e exportação de açúcar e etanol adquiridos principalmente de Companhias privadas.

3. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o método contábil adotado e as práticas contábeis adotadas no Brasil exigidas por normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, reconhecidos nos balanços patrimoniais. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. **e. Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 11 - Instrumentos financeiros.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras em consonância com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), exceto nos casos indicados em contrário. **a. Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação, uma vez que esta é a moeda funcional da operação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras. **b. Instrumentos financeiros:** *i. Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo financeiro. *ii. Ativos financeiros não compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.* A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Contas a receber de clientes, Adiantamentos a fornecedores e Outras contas a receber. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, o preço de aquisição inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. *iii. Capital social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. *iv. Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que são os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o preço de venda líquido do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. **c. Imobilizado:** *i. Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de ativos imobilizados inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, incluindo outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e restauração de local onde estas atividades estão localizadas, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. *ii. Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de maneira confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *iii. Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor recuperável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2013
Máquinas e equipamentos	33,33%
Equipamentos processamento de dados	33,33%
Móveis e utensílios	6,98%
Beneficiárias em propriedade de terceiros	11,11%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. **d. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagens e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não excedem o valor de mercado. **e. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. O estágio de conclusão é avaliado por referência ao término do armazenamento. **f. Benefícios a empregados:** *i. Planos de contribuição definida:* Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado do exercício nos períodos em que os serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado na 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes. *ii. Benefícios de curto prazo a empregados:* Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de usar o ativo caso o contrato transfira o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no momento do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aquelas para o arrendamento e aquelas para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto. **h. Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*):** *i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo, e que o evento de perda leve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o

desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. As provisões para perdas estimadas dos recebíveis advindos da carteira comercial de clientes a receber são reconhecidas no resultado do exercício por meio da rubrica "Despesas de Vendas" como Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) em cada exercício de avaliação do valor recuperável, conforme IAS 39/CPC 38 - "Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração". *ii. Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstra uma redução do valor recuperável o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas nas sobras e perdas do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ativo alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em exercícios anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado ou diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **i. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, receitas de juros de aplicações financeiras, variação cambial, assim como ganhos realizados na liquidação de tais instrumentos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com variação cambial. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

	Participação	Quantidade de ações
2012		
Copersucar Internacional	100,00%	24.253.702
2013		
Copersucar Internacional	-	-

9. Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Equipamentos processamento de dados	Móveis e utensílios	Beneficiárias em propriedade de terceiros	Bens em construções	Total
Custo ou custo atribuído						
Saldo em 2012	1.372	93	33	2.887	1.689	6.074
Adições	-	-	-	-	3.427	3.427
Saldo em 2013	1.372	93	33	2.887	5.116	9.501
Depreciações						
Saldo em 2012	88	3	-	-	-	91
Depreciações do exercício	124	20	2	320	466	916
Saldo em 2013	212	23	2	320	-	557
Valor líquido contábil						
Em 2012	1.284	90	33	2.887	1.689	5.983
Em 2013	1.160	70	31	2.567	5.116	8.944

A Companhia mantém arrendado um armazém com área de 47.332,87 m² no Município de Guarujá-SP, com atividade de recepção/armazenagem e estufagem de açúcar enascado para exportação em contêineres. A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores. **Gerenciamento de risco financeiro: Visão Geral:** A Companhia está exposta aos riscos de crédito, liquidez e operacional. Esses riscos são permanentemente monitorados, visando mitigá-los. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, além dos objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. **Divulgações quantitativas adicionais financeiras: Risco de crédito:** É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos de negócios, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é monitorar os potenciais riscos operacionais visando mitigar ao máximo a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação e continuidade de seus negócios, buscando assim, a eficácia de custos evitando procedimentos de controle que não são eficazes. **Gestão de capital:** A política da Administração é manter uma base de capital suficiente para manter a confiança do investidor, credor e mercado. O principal objetivo é o desenvolvimento futuro de negócios. **Classificação dos instrumentos financeiros:** Durante o exercício findo de 31 de março de 2013, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

	2013	2012
Instrumento financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.866	2.404
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	3.758	1.968
Adiantamentos a fornecedores	-	124
Outros créditos	371	47
Passivos mantidos pelo custo amortizado		
Fornecedores	1.367	325
Risco de liquidez: A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.		
	Valor contábil	6 meses ou menos
Fornecedores	1.367	1.367

Instrumentos de taxa fixa: A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. **Instrumentos de taxa variável:** A Companhia não realiza análise de sensibilidade para instrumentos financeiros vinculados a taxas variáveis de juros, pois considera que os possíveis impactos são irrelevantes para as demonstrações financeiras da Companhia. **Valor justo:** *Valor justo versus valor contábil:* Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	2013	Valor contábil	Valor justo	2012	Valor contábil	Valor justo
Ativo financeiro designado pelo valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	1.866	1.866	2.404	2.404		
Empréstimos e recebíveis						
Contas a receber de clientes	3.758	3.758	1.968	1.968		
Adiantamentos a fornecedores	-	-	124	124		
Outros créditos	371	371	47	47		
Passivos designados pelo valor justo por meio do resultado						
Fornecedores	1.367	1.367	325	325		

Hierarquia de valor justo: A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo: **Mensurações de valor justo de Nível 1:** são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; **Mensurações de valor justo de Nível 2:** são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados em mercados ativos; **Mensurações de valor justo de Nível 3:** são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

	2013	Valor contábil	Valor justo	2012	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Depósitos à vista	141	141	-	-		
Aplicação financeira	-	-	1.725	-		
			2012			
Ativos						
Depósitos à vista	48	48	-	-		
Aplicação financeira	-	-	2.356	-		

11. Partes relacionadas

	2013	2012
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes		
Coopersucar S.A.	(a)	3.391
Coopersucar Trading		110
Coopersucar S.A.		257
Passivo circulante		
Dividendos		
Copersucar S.A.	(b)	-
Coopersucar		

Paulo Roberto de Souza - Diretor Superintendente
Luis Roberto Pogetti - Diretor Presidente

Genilson Silva Melo - Diretor
Maurício de Mauro - Diretor
 Contador - **Carlos Cavalcante Guimarães** - CRC-TC 1SP194441/O-2

Soren Hoed Jensen - Diretor
Alexandre de Mattos Setten - Diretor

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Conselheiros
 da Copersucar Armazéns Gerais S.A.
 São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Copersucar Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da

adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copersucar Armazéns Gerais S.A. em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 17 de junho de 2013



KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

André Luiz Monaretti
 Contador CRC 1SP160909/O-3